

RESÍDUOS SÓLIDOS

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Data da atualização: 19.03.2025

ÍNDICE

- Resíduos agrosilvopastoris
- Resíduo de construção civil
- Resíduos de drenagem
- Resíduos de limpeza corretiva
- Resíduos de serviços de saúde
- Resíduos de serviços de transporte
- Resíduos dos serviços públicos de saneamento
- Resíduos eletroeletrônicos
- Resíduos industriais
- Resíduos lâmpadas
- Resíduos pilhas e baterias
- Resíduos pneumáticos
- Resíduos sólidos
- Resíduos sólidos cemiteriais
- Resíduos verdes
- Resíduos volumosos

RESÍDUOS AGROSILVOPASTORIS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 334, de 03 de abril de 2003</u>	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

[\(índice\)](#)

RESÍDUO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA Nº 469/2015</u>	Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. - Data da legislação: 29/07/2015 - Publicação DOU, de 30/07/2015, páginas 109 e 110 -Altera art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002
<u>Resolução CONAMA nº 448 de 18 de janeiro de 2012</u>	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
<u>Resolução CONAMA nº 431 de 24 de maio de 2011</u>	Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.
<u>Resolução CONAMA nº 348 de 16 de agosto de 2004</u>	Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
<u>Resolução CONAMA nº 307 de 05 de julho de 2002</u>	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Alterada pela Resolução nº 348/04 (alterado o inciso IV do art. 3º) ABNT NBR 13221/2010* Transporte terrestre de resíduos.
ABNT NBR 15112/2004	Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
ABNT NBR 15113/2004	Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação.

ABNT NBR 15114/2004	Resíduos sólidos da Construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
ABNT NBR 15115/2004	Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos.
ABNT NBR 15116/2004	Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS DE DRENAGEM

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 430 de 13 de maio de 2011</u>	Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 410 de 04 de maio de 2009</u>	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 03 de abril de 2008.
<u>Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006</u>	Retifica a Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006. Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006</u>	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências. Retificada pela Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006.
<u>Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005</u>	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 06 de abril de 2006, nº 397, de 03 de abril de 2008, nº 410, de 04 de maio de 2009, e nº 430, de 13 de maio de 2011.

<u>Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993</u>	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.
<u>Resolução CONAMA nº 005 de 15 de junho de 1988</u>	Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento básico.
ABNT NBR 13221/2010	Transporte terrestre de resíduos.
ABNT NBR 7166/1992	Conexão internacional de descarga de resíduos sanitários - Formato e dimensões.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS DE LIMPEZA CORRETIVA

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
ABNT NBR 13463/1995	Coleta de resíduos sólidos. ABNT NBR 1299/1993* Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos – Terminologia.
ABNT NBR 1299/1993	Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos – Terminologia.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005</u>	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
<u>Resolução ANVISA nº 306 de 07 de dezembro de 2004</u>	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
<u>Resolução CONAMA nº 330 de 25 de abril de 2003</u>	Institui a Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos. Alterada pelas Resoluções nº 360, de 17 de maio 2005 e nº 376, de 24 de outubro de 2006.
<u>Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002</u>	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.

<u>Resolução CONAMA nº 006 de 19 de setembro de 1991</u>	Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.
ABNT NBR 13221/2010	Transporte terrestre de resíduos.
ABNT NBR 15051/2004	Laboratórios clínicos – Gerenciamento de resíduos.
ABNT NBR 14652/2001	Coletor-transportador rodoviário de resíduos de serviços de saúde - Requisitos de construção e inspeção - Resíduos do grupo A.
ABNT NBR 12810/1993	Coleta de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.
ABNT NBR 12808/199	Resíduos de serviço de saúde – Classificação.
ABNT NBR 12807/1993	Resíduos de serviços de saúde – Terminologia.
ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993</u>	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 430 de 13 de maio de 2011</u>	Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 410 de 04 de maio de 2009</u>	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 03 de abril de 2008.
<u>Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006</u>	Retifica a Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006. Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006</u>	Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências. Retificada pela Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006.
<u>Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005</u>	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 06 de abril de 2006, nº 397, de 03 de abril de 2008, nº 410, de 04 de maio de 2009, e nº 430, de 13 de maio de 2011.
<u>Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993</u>	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.
<u>Resolução CONAMA nº 005 de 15 de junho de 1988</u>	Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento básico.
ABNT NBR 13221/2010	Transporte terrestre de resíduos.
ABNT NBR 7166/1992	Conexão internacional de descarga de resíduos sanitários - Formato e dimensões.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA

<u>Lei nº 9679 de 11 de maio de 2022</u>	Institui a Campanha Estadual de conscientização para o descarte correto do Produto Eletroeletrônico de uso doméstico e seus componentes.
<u>Lei nº 6805 de 18 de junho de 2014</u>	Inclui artigos na lei nº 4.191, de 30 de setembro de 2003 – Política Estadual de resíduos sólidos, instituindo a obrigação da implementação de sistemas de logística reversa para resíduos eletroeletrônicos, agrotóxicos, pneus e óleos lubrificantes no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Resolução CONAMA nº 424 de 22 de abril de 2010</u>	Revoga o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008</u>	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.
<u>Lei nº 4191, de 30 de setembro de 2003</u>	Dispõe sobre a Política Estadual de resíduos sólidos e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 228 de 20 de agosto de 1997</u>	Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.
<u>Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996</u>	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro 1998, e <u>Resolução CONAMA nº 244</u> , de 16 de outubro de 1998.
ABNT NBR 11175/1990	Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
ABNT NBR 10157/1987	Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.
ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS INDUSTRIAIS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA Nº 474/2016</u>	Altera a Resolução no 411, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria, e dá outras providências. - Data da legislação: 06/04/2016 - Publicação DOU, de 02/05/2016, Seção 1, páginas 74-75
<u>Resolução CONAMA Nº 452/2012</u>	Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito." - Data da legislação: 02/07/2012 - Publicação de 04/07/2012, pág. 84 - Revoga as Resoluções nº 08/1991, nº 23/1996, nº 235/1998 e nº 244/1998.
<u>Resolução CONAMA nº 450 de 06 de março de 2012</u>	Altera os arts. 9º, 16º, 19º, 20º, 21º e 22º, e acrescenta o art. 24-A a Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
<u>Resolução CONAMA nº 424 de 22 de abril de 2010</u>	Revoga o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução no 411, de 6 de maio de 2009</u>	Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria." - Data da legislação: 06/05 /2009 - Publicação DOU nº 86, de 08/05/2009, págs. 93-96
<u>Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008</u>	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.
<u>Resolução CONAMA nº 362 de 23 de junho de 2005</u>	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

<u>Resolução CONAMA Nº 264/1999</u>	Licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos - Data da legislação: 26/08/1999 - Publicação DOU nº 054, de 20/03/2000, págs. 80-83
<u>Resolução CONAMA nº 235 de 07 de janeiro de 1998</u>	Altera o anexo 10 da Resolução CONAMA nº 23, de 12 de dezembro de 1996.
<u>Resolução CONAMA nº 228/1997</u>	Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.
<u>Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996</u>	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro de 1998, e nº 244, de 16 de outubro de 1998.
<u>Resolução CONAMA nº 008 de 19 de setembro de 1991</u>	Dispõe sobre a entrada no país de materiais residuais.
ABNT NBR ISO 149523/2006	Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido. Parte 3: Procedimentos analíticos para a determinação de resíduos não voláteis e contaminação de partícula.
ABNT NBR 14283/1999	Resíduos em solos – Determinação da biodegradação pelo método respirométrico.
ABNT NBR 12235/1992	Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.
ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.
ABNT NBR 11175/1990	Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
ABNT NBR 8911/1985	Solventes - Determinação de material não volátil - Método de ensaio.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS LÂMPADAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
ABNT NBR 10157/1987	Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.

ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.
--------------------	---

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS PILHAS E BATERIAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 424 de 22 de abril de 2010</u>	Revoga o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008</u>	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.
<u>Resolução CONAMA nº 228 de 20 de agosto de 1997</u>	Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.
<u>Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996</u>	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro de 1998, e nº 244, de 16 de outubro de 1998.
ABNT NBR 11175/1990	Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
ABNT NBR 10157/1987	Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.
ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS PNEUMÁTICOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 416 de 30 de setembro de 2009</u>	Dispõe sobre a prevenção à degradação Ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 008 de 19 de setembro de 1991</u>	Dispõe sobre a entrada no país de materiais residuais.
ABNT NBR 12235/1992	Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.
ABNT NBR 10157/1987	Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.
ABNT NBR 8418/1984	Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS SÓLIDOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL e ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Decreto nº 11.043 de 13 de abril de 2022</u>	Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
<u>Lei nº 9.427 de 30 de setembro de 2021</u>	Autoriza as prefeituras, titulares dos serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos, a estabelecerem procedimentos adequados ao cumprimento da Lei Estadual nº 8.151, de 01 de novembro de 2018, que estabelece o Sistema de Logística Reversa de Embalagens Pós Consumo.
<u>Lei nº 9.408 de 17 de setembro de 2021</u>	Dispõe sobre a criação do PROGRAMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÓLEOS VEGETAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVE.
<u>Lei nº 9195 de 04 de março de 2021</u>	Cria o PROGRAMA ESTADUAL DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS ORGÂNICOS.

<u>Portaria interministerial nº 274, de 30 de abril de 2019</u>	Disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos referida no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305, de 2010 e no art. 37 do Decreto nº 7.404, de 2010.
<u>Resolução CONAMA nº 481/2017</u>	Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências. - Data da legislação: 09/10/2017 - Publicação DOU, de 04/10/2017, Seção 1, página 51
<u>Decreto nº 7.619 de 21 de novembro de 2011</u>	Regulamenta a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos.
<u>Portaria nº 177, de 30 de maio de 2011</u>	Aprova Regimento Interno para o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
<u>Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010</u>	Regulamenta a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010</u>	Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 7.390 de 09 de dezembro de 2010</u>	Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, e dá outras providências.
<u>Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010</u>	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
<u>Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010</u>	Regulamenta a Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
<u>Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009</u>	Institui a Política Nacional sobre a mudança do clima – PMNC e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
<u>Resolução CONAMA nº 404 de 11 de novembro de 2008</u>	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.

<u>Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007</u>	Regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
<u>Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007</u>	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA Nº 379/2006</u>	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA - Data da legislação: 19/10/2006 - Publicação DOU nº 202, de 20/10/2006, pág. 102
<u>Resolução CONAMA nº 386 de 27 de dezembro de 2006</u>	Altera o art. 18 da Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002.
<u>Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006</u>	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 378 de 19 de outubro de 2006</u>	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1o, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. · Alterada pela Resolução nº 428/2010.
<u>Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005</u>	Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
<u>Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002</u>	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Alterada pela Resolução nº 386 de 27 de dezembro de 2006.
<u>Resolução CONAMA nº 313 de 29 de outubro de 2002</u>	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
<u>Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001</u>	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
<u>Resolução CONAMA nº 02, de 22 de agosto de 1991</u>	Dispõe sobre o controle de cargas deterioradas ou fora da especificação.
<u>Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979</u>	Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.
ABNT NBR 15849/2010	Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento.

ABNT NBR 13221/2010	Transporte terrestre de resíduos.
ABNT NBR 13334/2007	Contentor metálico de 0,80 m ³ , 1,2 m ³ e 1,6 m ³ para coleta de resíduos sólidos por coletores-compactadores de carregamento traseiro – Requisitos.
ABNT NBR 10007/2004	Amostragem de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10006/2004	Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10005/2004	Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.
ABNT NBR 10004/2004	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente
ABNT NBR 13999/2003	Papel, cartão, pastas celulósicas e madeira - Determinação do resíduo (cinza) após a incineração a 525°C.
ABNT NBR 14599/2003	Requisitos de segurança para coletores-compactadores de carregamento traseiro e lateral.
ABNT NBR 14283/1999	Resíduos em solos – Determinação da biodegradação pelo método respirométrico.
ABNT NBR 13896/1997	Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação.
ABNT NBR 13591/1996	Compostagem – Terminologia.
ABNT NBR 13463/1995	Coleta de resíduos sólidos.
ABNT NBR 1298/1993	Líquidos livres - Verificação em amostra de resíduos - Método de ensaio
ABNT NBR 8849/1985	Apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos – Procedimento.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS SÓLIDOS CEMITERIAIS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CONAMA nº 368 de 28 de março de 2006</u>	Altera a Resolução CONAMA no 335/03 (altera os arts. 3º e 5º, revoga o inciso III, do § 3º, do art. 3º). Art. 3º revogado pela Resolução CONAMA nº 402/08.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS VERDES

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
ABNT NBR 13999/2003	Papel, cartão, pastas celulósicas e madeira - Determinação do resíduo (cinza) após a incineração a 525°C.

[\(índice\)](#)

RESÍDUOS VOLUMOSOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
ABNT NBR 15112/2004	Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
ABNT NBR 10004/2004	Resíduos sólidos – Classificação.
ABNT NBR 13896/1997	Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação.

[\(índice\)](#)

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br